

**ATA DA 26ª REUNIÃO DA  
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,  
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

**DATA:** 7/05/2002

**Início:** 9:35 hs

**Término:** 18:30 hs

**PARTICIPANTES:**

Ministério do Meio Ambiente: Júlio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)  
Ministério da Justiça: Hugo Suarez (hugosuarez@mj.gov.br)  
Ministério da Integração Nacional: Demetrios Christofidis (demetrios.christofidis@integracao.gov.br)  
Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República: Victor Carvalho Pinto (victorcp@planalto.gov.br)  
Agência Nacional de Águas: Jair Sarmento da Silva (jairsarmento@ana.gov.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Sudeste: Luiz Roberto Moretti (cbh-pcj@merconet.com.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Nordeste: Jessé Cláudio de Lima Costa (srh-depc@prodase.com.br)  
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: (ausência justificada)  
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)  
Indústrias: Maria Cristina Yuan (crisyuan@ibs.org.br)  
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Leila Pereira Passos (lppassos@algar.com.br)  
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (vargasma@az.com.br)  
Organizações não governamentais: (ausência justificada)

**CONVIDADOS:**

Ana Cristina Monteiro Mascarenhas - SRH/MMA (ana-cristina.mascarenhas@mma.gov.br)  
Célia Cristina Moura Pimenta - ANA (celiacristina@ana.gov.br)  
Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis - ANA (dalvacireis@ana.gov.br)  
Décio Michellis Jr. - Enerpeixe / Grupo Rede (rela@zaz.com.br)  
Ednaldo Mesquita Carvalho - SRH/MMA (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)  
Fernando José de Almeida - SRH/MMA (fernando-jose.almeida@mma.gov.br)  
Flávia Gomes de Barros - ANA (fbarros@ana.gov.br)  
Jorge Thierry Calasans - ANA (thierry@ana.gov.br)  
Júlio Florêncio Filho - SRH/MMA  
Marco José M. Neves - SRH/MMA (mneves@snirh.gov.br)  
Maria Luiza Werneck - CNI (mwerneck@cni.org.br)  
Mônica Tavares Rocha - SRH/MMA (mrocha@snirh.gov.br)  
Patrícia Helena Gambogi Boson - IBRAM (tita@net.em.com.br)  
Rachel Landgraf de Siqueira - SRH/MMA (rachel.siqueira@mma.gov.br)  
Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA (roalmonete@ig.com.br)  
Rosana Garjulli Sales Costa - ANA (rosana@ana.gov.br)

**RELATORES:**

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)  
Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia sete de maio de 2002, o Dr. Júlio Thadeu, Presidente desta Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, deu início à 26ª Reunião da mesma. Deu boas vindas a todos e salientou a importância dos assuntos a serem discutidos nestes três dias de reunião da Câmara Técnica (CT). Manifestou sua consternação pelo falecimento do Dr. Francisco Borges de Maia Neto, Chefe de Gabinete do Dr. Garrido, Secretário de Recursos Hídricos, e solicitou registro de agradecimento ao Dr. Borges pelo seu trabalho e dedicação à SRH. Em seguida, deu início aos trabalhos pelo item 1 da pauta: aprovação da Ata da 25ª Reunião. A Dra. Aparecida solicitou maior detalhamento do assunto tratado a partir da linha 170 da referida Ata; ficou de elaborar novo texto a ser inserido. O Dr. Jair lembrou a dificuldade de elaboração de atas extensas, mas salientou a necessidade de relatos detalhados e consistentes nas reuniões do CNRH, inclusive como forma de valorizar as atividades das CTs. Opinou que precisa ser mais bem programada a exposição dos assuntos encaminhados às reuniões do CNRH. O Dr. Júlio Thadeu propôs que seja

combinada, com antecedência e durante as reuniões da CT, tanto a forma de apresentação como quem a fará. O Dr. Jair complementou sugerindo a escolha de um relator para cada assunto e caso necessário, ocorra uma complementação por parte do Dr. Júlio Thadeu, Presidente da CT. A Dra. Cristina Yuan salientou a importância de valorizar os trabalhos da CT e também, o nível de comprometimento de seus membros. Ocorreram outras solicitações de adendos ao texto da ata, os quais ficaram de ser escritos pelos seus respectivos propositores. O Dr. Júlio Thadeu propôs a aprovação da Ata, com a inserção dos adendos a serem propostos pela Dra. Cristina Yuan e Dra. Aparecida. Dando prosseguimento, o Dr. Júlio Thadeu propôs a discussão do item 2 da pauta: revisão da Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000. A Dra. Rosana solicitou a palavra e salientou que a Resolução nº 5 abrange questões institucionais, culturais e políticas e que isto deve ser lembrado durante os trabalhos de revisão da mesma; lembrou que a formação de um Comitê de bacia de rio de domínio da União engloba Comitês de sub-bacias e suas regras próprias. Opinou que a Resolução nº 5 tem um caráter centralizador e contrapôs a necessidade de uma nova proposta que procure ter uma postura mais aberta. Advertiu que, sendo a Diretoria Provisória responsável pela elaboração do Regimento Interno do Comitê, há pouco espaço para discussões mais amplas. Finalizando, sugeriu a inclusão, na Resolução, de um primeiro "considerando" contemplando diretrizes para formação e funcionamento dos Comitês. O Dr. Júlio Thadeu contemporizou que, antes da Resolução nº 5, o processo de criação de Comitês era 100% centralizado e que a referida Resolução foi uma consequência de duas necessidades: diretrizes mínimas para criação de Comitês e, que esse processo se desenvolvesse de "baixo para cima". Salientou que a exigência da indicação pelos interessados, na proposta de criação de um Comitê, dos nomes do Presidente e do Secretário Executivo do Comitê, foi uma forma de quebrar a imposição dos nomes pelo Estado; finalizou lembrando que a revisão pretende que a Resolução continue dando diretrizes sem, entretanto, engessar o processo. A Dra. Aparecida disse que a questão das atribuições da Diretoria Provisória também foi sentida no processo de criação do Comitê dos rios Pomba e Muriaé; em relação à composição dos Comitês, opinou que sempre prevalecerão os mais organizados. A Dra. Patrícia ressaltou que a Resolução deveria definir o que é um Comitê de Bacia Hidrográfica, assim como sua vinculação dentro do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH; lembrou ainda, que o SINGREH coloca "em cheque" a questão do federalismo. Ficou acertado que a Dra. Patrícia e a Dra. Rosana elaborarão um "considerando" para tratar do assunto levantado pela Dra. Patrícia (definição de um Comitê e sua vinculação). O Dr. Jessé ressaltou que, no Decreto de criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Sergipe, foi definida uma primeira composição para o respectivo Comitê; acrescentou que o fato não impede que o próprio Comitê, em suas futuras reuniões, altere esta composição inicial. A Dra. Rosana disse que, num momento inicial, o enfoque da criação de um Comitê deve ser baseado principalmente nas necessidades da sociedade; ressaltou que gostou do procedimento de indicação pelo Estado, no Decreto de criação de um Comitê, de uma composição inicial para o mesmo. O Dr. Júlio Thadeu, em função das questões discutidas até o momento, sugeriu a elaboração de um "considerando" esclarecendo o porque da revisão da Resolução nº 5; encarregou o Dr. Wilson de fazê-lo e, como forma de direcionar o trabalho proposto, citou o inciso VII, do art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997. Retornando ao assunto abordado pela Dra. Patrícia qual seja, a necessidade da definição das vinculações de um Comitê dentro do SINGREH, foi consenso sua importância assim como o tipo de vinculação. A Dra. Sonáli ressaltou a necessidade de, na definição das vinculações de um Comitê, observar as consequências e compromissos dos vínculos estabelecidos. O Dr. Júlio Thadeu se referiu ao caput inicial do Decreto nº 2.612, de 1998, que indicou o CNRH como integrante da estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente – MMA; salientou que o CNRH tem entre suas competências, a criação de Comitês em bacias de rios de domínio da União e opinou que, desse modo, tem-se uma indicação de subordinação do Comitê ao CNRH. A Dra. Sonáli salientou a importância da definição da forma de relacionamento entre o Comitê de uma bacia e os seus Comitês de sub-bacias. O Dr. Jair reforçou o que foi dito pela Dra. Sonáli e ressaltou que este relacionamento entre Comitês pode inviabilizar o funcionamento do SINGREH. A Dra. Patrícia disse que dois conceitos precisam ser mais bem discutidos dentro do sistema de gerenciamento de recursos hídricos: governança e subsidiaridade; acrescentou que a Resolução nº 5 poderia esclarecer esses dois pontos. O Dr. Júlio Thadeu salientou a importância e sugeriu a continuidade da discussão desses e outros princípios e conceitos básicos para que, em seguida, a CT possa tratar da revisão propriamente dita; a sugestão foi aceita por todos. A Dra. Sonáli disse que a proposta de retirada do § 2º do art. 1º não tirou de discussão a questão da forma de

relacionamento entre Comitês de bacia e os Comitês de suas sub-bacias; ressaltou que o assunto deverá ser abordado durante o processo de revisão da Resolução nº 5. Nesse momento, às 12:40 horas, o Dr. Júlio Thadeu propôs pausa para almoço. Às 14:40 horas, o Dr. Júlio Thadeu reiniciou os trabalhos tratando da correspondência enviada à Secretaria Executiva pelo Conselheiro Oscar Cordeiro, da ABRH; esclareceu que, na referida correspondência, o Dr. Oscar questiona os critérios adotados por esta CT na elaboração da proposta de composição de CT de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, assim como a não inclusão do segmento por ele representado. Esclareceu que a correspondência foi enviada, pela Secretaria Executiva, conforme solicitado pelo Conselheiro, a todos os Conselheiros titulares e suplentes. Detalhou o processo em questão na correspondência, deflagrado pela Secretaria Executiva do CNRH, de solicitação de manifestação de interesse de participação na CT de Cobrança; citou os problemas verificados no envio dos respectivos e-mails, o que causou a expansão do prazo para recebimento das manifestações de interesse de participação; concluiu ressaltando ser esse o principal fato questionado na referida correspondência. A Dra. Célia questionou a presença destes esclarecimentos sobre o assunto na Ata da 25ª reunião o que foi confirmado pelo Dr. Júlio Thadeu. A Dra. Patrícia observou que a ABRH deveria se fazer representar em todas as CTs, independente do fato de ser membro; baseou suas observações na importância da contribuição técnica que a entidade poderia propiciar na discussão dos assuntos. Houve consenso em relação às observações da Dra. Patrícia. Nesse momento, o Dr. Júlio Thadeu solicitou a presença do Dr. Garrido, Secretário Executivo do CNRH, e colocou em questão a proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba. O Dr. Garrido ressaltou que um Comitê deve nascer de uma demanda ou mobilização da sociedade da região da respectiva bacia hidrográfica; complementou dizendo que o processo de mobilização em questão foi iniciado no ano de 1995 e citou, inclusive, sua participação em alguns momentos. Relatou que o Ministro do Meio Ambiente e Presidente deste Conselho, Dr. José Carlos Carvalho, solicitou o encaminhamento da proposta de instituição do Comitê do rio Paranaíba ao Conselho e também, demonstrou seu desejo de, no Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho) deste ano, ocorrido o atendimento a todas as condições necessárias, acontecer a publicação do respectivo Decreto de criação. Com isso, solicitou à CT que avalie o processo em questão e, caso as condições sejam atendidas e também entendida como pertinente a instituição do Comitê, faça o encaminhamento à VII Reunião Ordinária do CNRH, agendada para 24 de maio próximo; salientou o papel da ANA no estímulo à implementação de Comitês e citou que a criação deste Comitê está prevista no respectivo cronograma de trabalho da ANA. Solicitou ao Dr. Júlio Thadeu que apresentasse cópia de Termo de Cooperação, assinado por representantes do MMA, da ANA e da Prefeitura Municipal de Uberlândia, visando o desenvolvimento de medidas conjuntas para a criação do Comitê em questão. Salientou a importância da criação de Comitês em áreas representativas, como esta da bacia do rio Paranaíba; em seguida, agradeceu a atenção de todos e se retirou da reunião. O Dr. Jair comentou que a assinatura do convênio apresentado demonstra que há mobilização na bacia. Em seguida, foi distribuída aos membros e representantes presentes, cópia do ofício de solicitação de criação do Comitê assim como de toda a documentação enviada. A Dra. Cristina Yuan disse que o assunto não estava previsto na pauta desta 26ª Reunião e, com isso, os documentos não foram enviados antecipadamente; salientou a responsabilidade das decisões desta CT e questionou o tempo de dois dias para análise da criação de um Comitê. O Dr. Júlio Thadeu propôs duas formas de encaminhamento do assunto: análise e emissão de parecer até o próximo dia 9 ou o agendamento de nova reunião da CT até o próximo dia 14, prazo final para a solicitação de inclusão de assuntos de urgência, na VII Reunião do Conselho. A Dra. Sonáli demonstrou sua concordância com a Dra. Cristina Yuan e lembrou que a pauta desta reunião previu, prioritariamente, a revisão da Resolução nº 5. A Dra. Cristina Yuan disse que o assunto poderia ser motivo de uma reunião extraordinária do Conselho e o Dr. Júlio Thadeu contrapôs o exíguo prazo, até 5 de junho, solicitado pelo Ministro. A Dra. Aparecida ressaltou sua posição de representante do segmento de Comitês e Consórcios, o que deveria redundar em apoio à criação do Comitê, mas esclareceu que tomou conhecimento do assunto durante esta reunião. O Dr. Júlio Thadeu propôs um prazo para estudo e apreciação da proposta de criação do Comitê e sugeriu o agendamento de uma reunião da CT para o dia anterior (23 de maio) à VII Reunião Ordinária do CNRH. A Dra. Cristina Yuan sugeriu que o Dr. Wilson fizesse uma análise das possibilidades de datas, em função do Regimento Interno; propôs que, enquanto não se procedesse a análise, fosse dada continuidade aos trabalhos de revisão da Resolução. Com a concordância dos presentes, o Dr. Júlio Thadeu colocou em questão a abrangência pretendida para a Resolução nº 5:

nacional ou somente para rios de domínio da União. O Dr. Jessé lembrou que existem vários Comitês de Bacia de rios de domínio do Estado e que os mesmos tiveram sua implementação regulamentada pelos próprios Estados. O Dr. Júlio Thadeu fez um contraponto técnico com a necessidade de que, para o bom funcionamento do SINGREH, as atividades destes Comitês estejam concatenadas com as do Comitê da bacia principal. O Dr. Roberto lembrou que os princípios de interdependência e subordinação entre rios de ordens diferentes estão previstos desde o Código de Águas (Decreto nº 24.643, de 1934); salientou que, no gerenciamento dos recursos hídricos, o princípio de integração não pode ser desconsiderado. A Dra. Rosana ressaltou sua preocupação com a grande diferença entre as legislações dos Estados, dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERH) e dos Comitês, o que dificulta a integração entre Comitês de Bacia de rios de domínio do Estado e o respectivo Comitê de Bacia do curso d'água de domínio da União. Prosseguiu propondo que a discussão desta Resolução seja levada aos órgãos estaduais gestores de recursos hídricos, antes do encaminhamento à Plenária do CNRH. Disse também que a necessidade de encaminhamento, ao CNRH, da proposição de criação de Comitês de Bacia, no caso de rios de domínio da União, diverge da maioria dos Estados, onde a criação de Comitês parte do processo de mobilização para, somente depois, ser encaminhada ao respectivo CERH. Finalizou lembrando que, na forma atual adotada para as bacias de rios de domínio da União, o trabalho maior acontece após a criação do Comitê. O Dr. Júlio Thadeu citou os Comitês criados até o momento e destacou que todos têm história ou seja, a mobilização já vinha acontecendo na bacia. A Dra. Maria Luiza falou da necessidade de considerar a autonomia dos Estados, os quais legislam sobre as águas de seu domínio; salientou que a gestão integrada e descentralizada é princípio da Lei nº 9.433, de 1997. A Dra. Aparecida ressaltou as dificuldades de aplicação dos conceitos explicitados pela Dra. Maria Luiza, as quais surgirão principalmente quando da implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos; concluiu salientando a diferença entre "integração" e "subordinação". O Dr. Jessé opinou que esta Resolução deve abranger os Comitês de Bacia cujo rio principal seja de domínio da União. O Dr. Jair reforçou que o CNRH não pode perder sua condição de "nacional". A Dra. Maria Luiza disse entender que diretrizes gerais são princípios que se aplicam a todo o território nacional e que os princípios de caráter estadual, por sua vez, não devem conflitar. O Dr. Jair salientou que as questões em discussão são estruturantes e que a aplicação prática está mostrando a necessidade de que as mesmas sejam rediscutidas. A Dra. Patrícia citou o Comitê da Bacia do rio São Francisco e os Comitês em suas sub-bacias, os quais deverão discutir suas ações sem a necessidade de imposições de subordinação. O Dr. Júlio Thadeu ponderou que um dos objetivos da Resolução nº 5 deve ser a elaboração de diretrizes que levem à integração do Estado nas discussões dos Comitês de Bacia de rios de domínio da União. O Dr. Vitor referiu-se aos conflitos motivados pela necessidade de atendimento aos múltiplos usos da água, existentes na bacia do rio São Francisco, e questionou se os Comitês de Bacia de rios de domínio do Estado, da bacia em questão, poderiam tomar decisões próprias que afetassem estes conflitos. A Dra. Patrícia contemporizou com a importância das decisões tomadas em conjunto. O Dr. Roberto ressaltou a importância do Comitê da sub-bacia cumprir as decisões conjuntas. A Dra. Dalvacir destacou a Resolução nº 5 como ponto chave na questão dos relacionamentos dentro do SINGREH; lembrou também que todos compõem o Sistema e que não existem relações de subordinação no mesmo; ressaltou o papel especial desta CT e salientou a necessidade de que os membros e representantes tenham amplo conhecimento dos conceitos básicos do gerenciamento de recursos hídricos. O Dr. Júlio Thadeu falou que a competência do CNRH de elaboração de diretrizes de caráter nacional é clara. A Dra. Patrícia ressaltou ser do conhecimento de todos o caráter nacional do CNRH e sua competência de estabelecer diretrizes gerais, além de regras específicas para rios de domínio da União. O Dr. Jair ressaltou a importância do que foi dito pela Dra. Patrícia para as discussões sobre a Resolução nº 5; prosseguiu opinando que, nos casos de conflitos de decisões entre comitês de bacias e de sub-bacias, deverão prevalecer as decisões do comitê da bacia. A Dra. Patrícia reforçou sua opinião anterior e salientou a necessária participação do comitê da sub-bacia nas decisões do comitê da bacia. A Dra. Sonáli disse que o art. 37 da Lei nº 9.433, de 1997, define a área de atuação de um Comitê; em seguida, ressaltou o art. 38, da mesma Lei, que trata das competências dos Comitês em sua área de atuação e, em seu inciso II, destaca: "arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos". O Dr. Júlio Thadeu ressaltou que a colocação da Dra. Sonáli veio fundamentar a questão em discussão qual seja, a relação entre os Comitês de bacia e os de suas sub-bacias; destacou a importância de se considerar estas definições como básicas para as discussões da Resolução nº 5. O Dr. Garrido solicitou a palavra para tecer considerações

sobre a proposta de criação do Comitê da Bacia do rio Paranaíba. Salientou que a proposta tem caráter construtivo do SINGREH e que, se no curso da avaliação da documentação, acontecerem dificuldades intransponíveis, a criação do Comitê terá motivo para ser negada. Com referência ao não envio antecipado da documentação, ponderou que a questão burocrática deve ser deixada em segundo plano. Agradeceu a oportunidade e se retirou da reunião. A Dra. Patrícia disse que, apesar do receio de que a questão burocrática tenha preponderância sobre a matéria, devemos respeitar os componentes da CT, os quais vêm à reunião para tratar de assuntos constantes de pauta previamente divulgada. Prosseguiu questionando o Dr. Jair, representante da ANA, quanto à viabilidade do apoio financeiro e técnico à implementação do Comitê em questão. O Dr. Jair respondeu que precisaria efetuar consulta ao setor pertinente na ANA. A Dra. Rosana disse que a proposta deveria ter sido encaminhada à Superintendência pertinente da ANA; salientou que o processo de instalação de um Comitê tem um custo e lembrou dos trabalhos necessários até que o Comitê possa ter sustentabilidade própria, proporcionada pela cobrança pelo uso da água. O Dr. Júlio Thadeu questionou o Dr. Jair sobre a possibilidade de se ter uma resposta, no dia seguinte, quanto à viabilidade técnico-financeira. O Dr. Jair se propôs a tanto. Em relação à decisão a ser tomada pela CT, o Dr. Júlio Thadeu salientou que, de acordo com a pesquisa solicitada ao Dr. Wilson, o encaminhamento à VII Reunião do CNRH tem prazo até dia 14 para ser efetivado, mas a CT pode se reunir até no dia anterior à reunião do Conselho; referindo-se à análise da documentação, ressaltou que a CT pode encaminhar parecer favorável ao Plenário, com restrições, se assim o entender. Finalizou os trabalhos do dia ressaltando o entendimento para a continuidade dos trabalhos de revisão da Resolução nº 5: que a discussão seja balizada dentro do estabelecido pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 9.433, de 1997, conforme colocado pela Dra. Sonáli. Às 18:30 horas, agradeceu a presença de todos e o esforço para a realização de reunião com três dias de duração.

**DATA:** 8/05/2002

**Início:** 9:40 hs

**Término:** 17:50 hs

#### **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

Às nove horas e quarenta minutos do dia oito de maio do ano de dois mil e dois, o Dr. Júlio Thadeu deu início aos trabalhos do segundo dia de reunião da CTIL. Lembrou que, para a VII Reunião Ordinária do CNRH, foi solicitado aos Conselheiros que tragam o material enviado pelo Correio e solicitou compreensão e cooperação de todos. Ressaltou que procedimento semelhante será adotado também nas reuniões desta e das outras Câmaras Técnicas do Conselho. Em seguida, o Dr. Júlio Thadeu propôs a continuidade dos trabalhos de revisão da Resolução nº 5 e citou os consensos do dia anterior: o SINGREH tem caráter nacional e precisamos criar condições para seu bom funcionamento; além disto, devem ser considerados os problemas relativos à dominialidade dos cursos d'água. Salientou artigo 38, da Lei nº 9.433, de 1997, citado pela Dra. Sonáli, que estabelece critérios de precedência entre Comitês de Bacia e os Comitês de suas sub-bacias. A Dra. Cristina Yuan lembrou o consenso de que artigo específico deveria ser criado para estabelecer a questão das vinculações do Comitê dentro do SINGREH. O Dr. Hugo destacou que a vinculação administrativa implica em alocação de recursos. O Dr. Jair ponderou que a vinculação proposta é decorrência da necessidade de definições sobre a natureza jurídica dos Comitês; salientou que o Comitê não está explicitado na Lei nº 9.433, de 1997, como órgão de governo, mas que isto pode ser deduzido pela interpretação da referida Lei. O Dr. Hugo destacou sua preocupação principal com a forma de como estabelecer esta vinculação ou seja, Decreto e não Resolução. O Dr. Demetrios solicitou a palavra para se manifestar sobre proposta de moção, encaminhada pelo mesmo à VII Reunião Ordinária do CNRH. Esclareceu que existe um círculo vicioso com relação à implementação da cobrança e as condições de operação do Comitê e sua Agência; com isso, destacou a importância da exigência de um relatório relatando as condições iniciais da bacia como forma, inclusive, de se ter um parâmetro para verificações posteriores de avanço. Dando prosseguimento, o Dr. Júlio Thadeu solicitou retorno à revisão da Resolução nº 5. O tema principal das discussões que se seguiram foi a questão da definição da vinculação dos Comitês dentro do SINGREH. A Dra. Patrícia salientou que o Comitê precisa ter este respaldo propiciado por ser órgão de Estado mas colocou dúvidas quanto à possibilidade de discuti-lo em uma Resolução. O Dr. Jair concordou que considerações desta natureza devem ser objeto de Decreto. Assim sendo, o Dr. Júlio Thadeu propôs a criação de um Grupo de Trabalho, dentro da CTIL, para elaborar redação inicial de proposta de Decreto estabelecendo as vinculações dos Comitês dentro do

SINGREH, principalmente as administrativas e financeiras. O Grupo ficou assim composto: Dr. Wilson (coordenador), Dra. Dalvacir, Dr. Hugo, Dra. Maria Luiza e Dra. Aparecida. Em seguida, houve retorno às discussões específicas sobre os artigos da Resolução nº 5. Às 12:00 horas foi proposto intervalo para almoço. Às 14:30 horas, o Dr. Júlio Thadeu reiniciou os trabalhos do dia e propôs que, caso a revisão da Resolução não seja encerrada nestes dias de reunião, cada participante envie suas contribuições à Secretaria Executiva para consolidação de um documento a ser discutido nas próximas reuniões. O Dr. Jair opinou que a Resolução deveria ser encaminhada "em bloco" ao Plenário do Conselho e dessa forma, a CT poderá efetuar uma revisão mais duradoura. A Dra. Sonáli disse que, apesar de considerar esta revisão emergencial, entende a necessidade de abrir mais a discussão. O Dr. Júlio Thadeu solicitou o retorno à discussão da revisão da Resolução nº 5, propriamente dita. Durante as discussões do art. 3º, o Dr. Júlio Thadeu relatou que a Secretaria Executiva enviou, aos responsáveis pelos Comitês instituídos pelo CNRH, questionário objetivando acompanhar e monitorar as ações e, principalmente, o funcionamento destes Comitês. Relatou também que, em entendimentos com o Dr. Jair, ficou combinado que a CTIL encaminhará, à ANA, a proposta de criação do Comitê da Bacia do rio Paranaíba. Desse modo, será convocada uma reunião extraordinária do CNRH, para tratar do assunto, para o mesmo dia da VII Reunião Ordinária. Dessa forma, complementou o Dr. Júlio Thadeu, e contando com um retorno da ANA em no máximo sete dias, agendaremos uma reunião da CTIL para o dia anterior às reuniões do Conselho. O Dr. Jair salientou que a posição da ANA é favorável a qualquer avanço no SINGREH, como a criação de um Comitê o é. Dando prosseguimento, o Dr. Júlio Thadeu referiu-se à proposta encaminhada pelo Conselheiro Mauro Viegas, a qual propõe prorrogação do mandato dos Conselheiros e relatou que a Consultoria Jurídica do MMA emitiu parecer dizendo que a Plenária do CNRH tem competência para deliberar sobre o assunto. Com isso, concluiu, o assunto será incluído na pauta da VII Reunião Extraordinária do CNRH. Às 17:50 horas, o Dr. Júlio Thadeu encerrou os trabalhos do dia.

**DATA:** 9/05/2002

**Início:** 9:40 hs

**Término:** 17:45 hs

#### **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

Às nove horas e quarenta minutos do dia nove de maio do ano de dois mil e dois, o Dr. Júlio Thadeu deu início aos trabalhos do terceiro dia de reunião da CTIL. Passou a palavra à Dra. Patrícia que demonstrou sua preocupação com a definição das instâncias para dirimir conflitos; salientou que a maioria dos Estados deram aos seus CERH a atribuição de dirimir os conflitos entre Comitês de Bacia de rios de seu domínio e que, de acordo com a redação proposta para o art. 3º da Resolução nº 5, o Comitê da bacia principal será a primeira instância. O Dr. Júlio Thadeu esclareceu que os problemas passíveis de serem resolvidos entre os interessados não serão encaminhados ao Comitê da bacia; da mesma forma, problemas de âmbito estadual serão obviamente encaminhados ao CERH e, os conflitos que extrapolem o âmbito dos Estados serão encaminhados ao Comitê da Bacia principal. A Dra. Patrícia, por sua vez, esclareceu sua preocupação com a citação do termo "primeira instância" no artigo. O Dr. Júlio Thadeu disse que os dois dias de trabalho foram muito produtivos, principalmente na discussão de conceitos básicos; entretanto, salientou, careceram de maiores avanços quantitativos. Dito isto, solicitou que as contribuições para a revisão da Resolução nº 5 sejam enviadas à Secretaria Executiva para consolidação de um documento único; concluiu salientando que, em reuniões futuras, serão discutidos apenas os artigos que tenham contribuições e determinou o dia 15 de maio próximo como data final para envio das mesmas. O Dr. Hugo indicou que a redação dada ao art. 3º da Resolução está conflitante com o parágrafo único do art. 38, da Lei nº 9.433, de 1997. Foi consenso a necessidade de revisão da redação do referido artigo. A Dra. Dalvacir solicitou ao Dr. Thierry que fizesse uma breve explanação sobre a definição do termo "arbitrar". O Dr. Thierry opinou que a utilização do termo "arbitragem" na Lei nº 9.433, de 1997, pretende indicar a necessidade de solução de um problema dentro do Comitê; continuou salientando que existe a "Lei da Arbitragem" e que a mesma, além de exigir a escolha de árbitros dentro de um processo de arbitragem, não prevê arbitragem sobre um bem público, como a água. O Dr. Júlio Thadeu disse que a Lei nº 9.433, de 1997, tem outras questões polêmicas como essa e salientou que, apesar do uso de "arbitrar", a referida Lei remete as decisões de conflitos para o Comitê ou Conselho de Recursos Hídricos. A Dra. Patrícia lembrou da necessidade de evitar a pretensão de detalhamento extremo da Resolução. A Dra. Dalvacir esclareceu entender que

o uso do termo “arbitrar” pretende ser geral, mas que outras pessoas podem dar a interpretação literal de “arbitragem”; salientou a necessidade de trabalhar o assunto “instância recursal” dentro da questão de conflitos. O Dr. Júlio Thadeu falou que entende e concorda com a preocupação levantada mas que, entretanto, a CT precisa, nesta revisão da Resolução nº 5, se limitar às questões que atrapalham o bom funcionamento do CNRH. A Dra. Sonáli advertiu quanto ao risco de, ao tentar detalhar demais a Resolução, não torná-la tão abrangente quanto uma redação mais generalista o permitiria. O Dr. Décio contrapôs que a legislação sobre recursos hídricos deixa muitos pontos sem um devido esclarecimento, o que pode ser usado contra o próprio sistema; concluiu salientando que o detalhamento é importante para evitar isto. O Dr. Júlio Thadeu objetou que, para um melhor andamento dos trabalhos, sejam levantados e discutidos apenas os pontos polêmicos da Resolução. A Dra. Dalvacir demonstrou sua preocupação com a necessidade de tornar as discussões mais amplas; sugeriu o convite a juristas ligados ao tema recursos hídricos com o objetivo inclusive, de se ouvir opiniões controversas. O Dr. Júlio Thadeu opinou que o conhecimento legal pode não vir acompanhado do conhecimento técnico; entretanto, concordou com a preocupação da Dra. Dalvacir. O Dr. Jessé sugeriu a elaboração, por parte dos advogados presentes, de um glossário de termos próprios, as implicações e rebatimentos decorrentes de seu uso. Nesse momento, as discussões foram dirigidas, pelo Dr. Júlio Thadeu, ao artigo 5º da Resolução nº 5 e, às 12:40 horas, foi proposta pausa para almoço. O reinício dos trabalhos ocorreu às 14:30 horas. O Dr. Júlio Thadeu, durante as discussões, esclareceu que, nas próximas reuniões da CT, somente serão discutidos os artigos que tenham sido motivo de contribuições; reforçou a data de 15 de maio para envio das contribuições e solicitou, à Secretaria Executiva, o envio da versão da Resolução nº 5, discutida nessa reunião, até o dia 13 de maio próximo. O Dr. Moretti solicitou registro em ata de justificativa para sua ausência na reunião desta CT, agendada para o dia 23 de maio próximo, qual seja: participação, na mesma data, na Assembléia do Fórum dos Comitês, em Camboriú – SC. As discussões sobre a Resolução nº 5 se estenderam por toda a tarde e a versão atual da resolução encontra-se em anexo (**Anexo I**). Às 17:45 horas, o Dr. Júlio Thadeu encerrou os trabalhos e, mais uma vez, agradeceu a presença de todos e o esforço depreendido nestes três dias de trabalho.

Ata aprovada na 27ª Reunião, realizada em 23/maio/2002.

JÚLIO THADEU S. KETTELHUT  
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO  
WILSON DE AZEVEDO FILHO  
Relatores